



JORNAL DA

FENATTEL

Órgão de Divulgação da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações
FENATTEL - Filiada à UNI e à CONTCOP - OUTUBRO 2013 - numero 013- Diretor Responsável: ALMIR MUNHOZ

Cresce a coleta de assinaturas em todo país, pela regulamentação da profissão dos teleoperadores

A campanha da FENATTEL e dos Sindicatos, Filiados que foi aprovada no 4º Congresso Nacional, pela reulamentação da profissão do Teleoperador, avançou em todo país, como voce poderá conferir nas páginas centrais desta edição.

A luta pela regulamentação da profissão de Teleoperador responde a uma necessidade imperiosa de disciplinar a contratação profissional e assegurar condições mínimas de dignidade dos trabalhadores.

Isto porque ajuda a coibir práticas como as más condições de trabalho, a exploração, o assedio moral, a garantia dos intervalos de descanso dentro da jornada.

Se é verdade que hoje o setor é o maior empregador privado do país, de outro lado é o que tem a maior rotatividade, a mais aguda exploração da juventude e o que paga menores salários.



Além de remunerar e pagar benefícios diferenciados aos empregados da mesma empresa, que realizam a mesma função, para os mesmos tomadores de serviço, o que fere a legislação que assegura isonomia salarial na mesma função.

Os srs Deputados que há anos mantém engavetado esse Projeto de Lei de número 2673 de 2007, de autoria do deputado Jorge Bittar e já relatado pelo Deputado Vicentinho, precisam ouvir a voz das ruas e olhar para esses mais de 1 milhão de jovens brasileiros.

Mega empresas nacionais, como ATENTO, CONTAX, BRASIL CENTER, BRT-CC, TIVIT, além dos telecentros de operadoras como GVT, e outras, lucraram com isenções

tarifárias sem repassar nada a clientes e socialmente aos empregados e todos os anos na negociação dos Acordos Coletivos impedem na prática uma Convenção Nacional que poderia moralizar o setor.

Especial GVT. Competitividade no mercado não poder ser às custas de negar direitos sociais. Pág. 6

Fala Presidente, Almir Munhoz**Economia - DIEESE**

ENFRENTAR AS MANOBRAS DO MERCADO PARA FORÇAR ACORDOS DIGNOS COM AS OPERADORAS

Esse momento do segundo semestre é o momento central das negociações coletivas com as operadoras.

Além do habitual muro das lamentações, das queixas de resultados sub-avaliados, temos nos deparado com empresas, como a GVT, que insiste em pagar salários menores do que as prestadoras de serviços terceirizados de outras empresas. Faz ouvidos moucos a várias pendências e ao final tenta colocar os empregados contra os sindicatos.

As Comissões de Negociação tem melhorado sua atuação, no entanto muitas empresas continuam tentando criar situações, factóides, de modo a semear intrigas, dúvidas e contra-informação dentro do movimento sindical.

A vacina é a Unidade, a força das respostas nacionais, dos Dias Nacionais de Mobilização, e o contato franco e direto entre todos nossos dirigentes e membros de comissões, acabando com qualquer espaço ou a chamada “brecha” para ações divisionistas.

A FENATTEL caminha com firmeza após o 4º Congresso Nacional, mantém uma agenda das reuniões da sua Executiva, e da diretoria Plena, do Conselho Deliberativo, formado pelos presidentes dos Sindicatos filiados, decidindo unitária e democraticamente seus posicionamentos.

Esse caminho é uma via de mão dupla, porque implica em participação e co-responsabilidade em todas as campanhas, na definição de bandeiras comuns que cimentam essa unidade.

Por outro implica em que as responsabilidades sejam também assumidas em conjunto e compartilhadas. Nossa linha de ação nos leva a deliberar todas as questões junto com os trabalhadores, em assembléias de preferencia na porta das empresas, como fazemos desde as pautas de reivindicação e, principalmente, na definição dos Acordos Coletivos. Atuamos com clareza. Mas, forças importantes do setor patronal agem para dificultar e até mesmo sabotar a nossa unidade porque sabem que é inevitável conquistarmos direitos iguais e salários dignos à nossa participação na economia nacional.

Almir Munhoz
Presidente

Custo de vida aumentou 0,24% em setembro

Em setembro, o custo de vida no município de São Paulo apresentou alta de 0,24%, segundo cálculo do DIEESE. A taxa do mês é superior à variação registrada em agosto (0,09%). Houve aumento no custo de vida para todos os estratos de renda analisados: para as famílias de maior poder aquisitivo, o custo de vida passou de 0,16% em agosto para 0,32% em setembro; para aquelas com renda intermediária aumentou de 0,03% para 0,18%, e para as famílias com menor nível de rendimento, passou de -0,05% para 0,12% no período em análise. Saúde, com alta de 1,42% e Habitação, com aumento de 0,17% foram os grupos que mais subiram, enquanto os maiores recuos ocorreram com Transporte (-0,06%) e Equipamento Doméstico (-0,21%).

Nos últimos 12 meses, de outubro de 2012 a setembro de 2013, o ICV-DIEESE acumula taxa de 6,34%. A variação anual foi crescente em relação ao poder aquisitivo, com taxa de 5,37% para o 1º estrato, 5,83% para o 2º e 6,85% para o 3º (Tabela 4).

Em 2013, para uma inflação de 4,44%, as taxas por estrato de renda tiveram comportamento semelhante às variações anuais: estrato 1, 3,11%; estrato 2, 3,77% e estrato 3, 5,09%.

CESTA BÁSICA MAIS BARATA EM 14 CIDADES

Em setembro, 14 das 18 capitais em que o DIEESE realiza mensalmente a pesquisa nacional da cesta básica apresentaram queda no preço do conjunto de gêneros alimentícios essenciais. As retrações mais significativas foram registradas em Aracaju (-5,36%), Brasília (-3,61%) e Vitória (-2,74%). As altas ocorreram em Belo Horizonte (1,87%), Curitiba (0,66%), Campo Grande (0,48%) e Recife (0,02%).

Apesar do recuo de 2,37% ocorrido no último mês, São Paulo, continuou a ser a capital com o maior valor (R\$ 312,07) para os gêneros alimentícios de primeira necessidade. Porto Alegre registrou o segundo maior custo, com (R\$ 311,34), seguido por Manaus (R\$ 304,33) e Vitória (R\$ 301,55). Os menores valores médios foram observados em Aracaju (R\$ 220,68), Salvador (R\$ 256,16) e Goiânia (R\$ 257,99).

Com base no custo apurado para a cesta de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do Salário Mínimo Necessário.

Em Setembro deste ano, o menor salário pago deveria ser de R\$ 2.621,70. Ou seja, 3,87 vezes o mínimo em vigor, de R\$ 678,00.

Nacional

DIAP acompanha passo a passo o PL 4330 e alerta que já está pronto para votação*

O prazo de cinco sessões do plenário da Câmara expirou e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não votou o PL 4.330/04, que pretende expandir a terceirização no País. Deste modo, o projeto será votado em plenário em qualquer momento, já que a pauta está livre. Isto é, não há nenhuma proposição travando as votações ordinárias do plenário da Casa.

O prazo de cinco sessões foi determinado pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), que acatou requerimento neste sentido apresentado pelo deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS). Este ardil regimental, não há dúvida, atropela entendimento que só se votaria o projeto quando se alcançasse um consenso em torno da matéria.

Agora, é preciso ter atenção redobrada, pois a pauta está livre e o projeto pode ser agendado para votação em qualquer momento. Urge uma mobilização nacional do movimento sindical, pois a despeito da decisão das bancadas do PT, do PSB e do PCdoB que fecharam questão contra o projeto, as demais bancadas partidárias não têm essa posição. Ou estão divididas em relação ao tema ou estão integralmente a favor do projeto.

A despeito de haver quase um amplo consenso social contra o projeto, a bancada empresarial, majoritária na Câmara, articula e faz pressão para aprovar o projeto, que só é apoiado hoje pelos empresários.

Não há mais dúvidas que é necessário regulamentar o trabalho terceirizado no País. Mas a divergência em torno do PL 4.330/04 é que não é isto que pretende a matéria relatada pelo deputado Arthur Oliveira Maia (SDD-BA). A propósito, contraditoriamente, o relator agora é membro de um partido de orientação sindical, o Solidariedae, fundado pelo deputado Paulo Pereira da Silva (SP), presidente da Força Sindical.

Na verdade, ao ampliar a terceirização para o setor fim das empresas Arthur Maia apenas expande essa modalidade de contratação da mão de obra, sem com isso estabelecer regramentos que coíbam a precarização das relações de trabalho dessa massa de trabalhadores que hoje trabalham nessas condições e também futuros trabalhadores que poderão ingressar no mercado de trabalho por meio desse modelo que os empresários querem validar no Brasil.

O texto de Arthur Maia tem quatro pontos polêmicos e em todos eles prevaleceu os interesses do poder econômico.

O primeiro é a abrangência da terceirização – se deve valer para todas as atividades da empresa ou só para trabalhos secundários, as chamadas atividades-meio. Prevalece no texto a terceirização também na atividade-fim da empresa.

O segundo ponto é a responsabilidade da empresa contratante em relação às obrigações trabalhistas deve ser solidária ou subsidiária. O relator optou pela segunda.

A terceira divergência é sobre a garantia aos terceirizados dos direitos trabalhistas vigentes para os trabalhadores contratados diretamente pela empresa, o que envolve a questão da representação sindical. Esta questão está em aberto no texto.

O último ponto é sobre a terceirização no serviço público, que interessa ao Ministério do Planejamento regulamentar, pois segundo os gestores, o governo tem tido muito prejuízo com os calotes das contratadas, que ao não pagarem a mão de obra, a contratante (o governo) arca com os prejuízos trabalhistas e previdenciários.

Diante disso, só resta agora ao movimento sindical dar combate permanente e tenaz ao projeto, pois a intransigência do poder econômico não permitiu e permite que haja um texto mais equilibrado e que represente as demandas dos trabalhadores.

* Matéria transcrita do Boletim Diário do DIAP



AÇÃO SINDICAL

De Norte a Sul, muita ação sindical no Mês de Ação da UNI nos Telecentros

TELEOPERADOR É PROFISSÃO

#RegulamentaJá

ABAIXO ASSINADO NACIONAL PELA APROVAÇÃO DO PL 2673/2007



FENATTEL e Sindicatos diariamente com a Juventude na Luta em DEFESA DOS TELEOPERADORES





Campanhas Salariais

GVT cresceu mais que as outras, mas quer continuar pagando menos

Mais uma vez, a GVT preferiu atuar na sombra e tentou no apagar das luzes da negociação, mascarar o final das negociações e sair da sua obrigação de reunir-se com a Comissão Nacional, tentando via e-mail a um Sindicato dizer, sem direito de resposta, que teria uma proposta final.

1. Oficialmente não houve comunicado dessa proposta.

2. A empresa se valeu disso **para tentar colocar seus empregados contra os sindicatos e tentar esvaziar as mobilizações**

3. Se por um lado 1% de aumento real seria um pequeno avanço, por outro lado, **ela se furta de finalizar a negociação e acertar a correção dos benefícios e cláusulas sociais, bem como outros itens pendentes em diferentes estados.**

4. A empresa **continua sua prática em diferentes localidades de pagar menos que as prestadoras de outras concorrentes, de “quarterizar” com “gatos” e intermediadores de mão de obra os serviços de instalação e continua a criar obstáculos à livre sindicalização e participação nos sindicatos.**

5. Diante disso, a FENATTEL, **CONVOCA TODOS PARA UM DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO NA PROXIMA QUINTA DIA 24/10** E recomenda que todos os sindicatos mantenham as mobilizações, as denúncias das práticas desta empresa em carros de som nas portas de empresa.

6. Exigimos a volta da GVT à mesa de negociação.

PENDÊNCIAS DEMAIS

Os erros cometidos pela representante da empresa terão de ser reparados. A negociação começa e termina em Mesa. Ela tenta dividir e desestabilizar a Comissão Nacional de Negociação, falando mal pelas costas de seus membros e tenta criar cizânia e divisão. As pendências e dívidas sociais da empresa tem de ser tratadas às claras.

Esta é a lista das pendências da GVT com seus empregados:

- definição em mesa do percentual de aumento real
- pisos salariais de uma operadora não podem ser menores que o das terceirizadas das outras empresas
- Regras claras do PIV
- Não aceitamos proporcionalidade nos reajustes salariais.
- Queremos reajuste nos valores de aluguel dos veículos

f) Vale refeição por 90 dias para quem estiver de Licença Médica e não pode ser penalizado por isso

g) Vale refeição para os Acidentados pelo tempo que durar o afastamento e não só por um ano

h) Reajuste do VA/VR acima do reajuste salarial por causa da sua defasagem.

i) Licença Maternidade de 180 dias

Como se pode ver, a representante da GVT ainda tem muita lição de casa a cumprir antes de dar por encerrado o processo de modo unilateral e ainda querer colocar os empregados contra os sindicatos.

j) Fim do Banco de Horas

DIA 24 DE OUTUBRO - DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO NA GVT EM TODO PAÍS
Os sindicatos filiados à FENATTEL em todo país estão convocados para comparecer à porta da empresa em todos os estados, para MOBILIZAR os empregados em defesa da VERDADE e das CLAUSULAS PENDENTES NA NEGOCIAÇÃO, devendo começar a organizar a primeira paralisação nesta empresa e convocar todos a protestar contra esse tipo de conduta.
“Lei de Gerson” - QUEREM LEVAR VANTAGEM EM TUDO - AQUI NÃO!

2. Desempenho Econômico-Financeiro - GVT

Os indicadores financeiros apontam variação positiva no período analisado. A Receita Líquida (RL) aumentou 28,2%, chegando a R\$ 4,3 bilhões em 2012, contra R\$ 3,3 bilhões em 2011. Os segmentos de TV por assinatura, voz e banda larga foram os que mais contribuíram para esse resultado. Entre 2010 e 2012, a receita líquida aumentou 78,2%, impulsionada pela expansão do segmento de banda larga e voz.

A GVT possui a mais elevada margem Ebitda no setor de telecomunicação brasileiro, sobretudo por sua forte atuação em mercados de maior poder aquisitivo. Em 2012, a margem Ebitda média no Brasil foi de 30,3%, enquanto a GVT ficou em 43,1% (R\$ 1,7 bilhão), sendo que entre 2010 e 2012 houve um aumento de 69,7%, passando de R\$ 1,0 bilhão para os atuais R\$ 1,7 bilhão

Campanhas Salariais

Fusão entre OI e Portugal Telecom pode mudar cenário das relações trabalhistas com a empresa

Fruto da evolução de acordos firmados desde 2010, este mês o setor de telecomunicações foi agitado pela formalização da fusão entre a Portugal Telecom e a endividada OI.

O resultado do processo alavanca a operação da OI, que passa a ser controlada pela CorpCo, empresa que nasce com 100 Milhões de clientes e receita de R\$ 37 Bilhões.

FENATTEL toma posição desde o início do processo

A FENATTEL solicitou nova reunião com presidente da empresa, que continua a ser o Sr Zeinal Bava, para tratar de imediato das consequências dessa fusão, do ponto de vista dos trabalhadores que historicamente tem sempre pago a conta dos grandes movimentos do Capital, via de regra com demissões e novas formas de contratação que acabam sempre tentando reduzir direitos sociais e o peso da massa salarial na vida da empresa.

O que a FENATTEL quer, esclarece o Secretario Geral, Luis Antonio Souza da Silva “é definir em conjunto as regras do jogo, principalmente a partir de janeiro, deixando claro que a próxima negociação coletiva vai mirar o novo cenário e o desempenho da empresa nesta nova e promissora realidade”.

CHEGA DE PAGAR AS CONTAS NA CRISE E ESPERAR DE PIRES NA MÃO QUANDO OS RESULTADOS SÃO POSITIVOS

O sentimento dos trabalhadores terá de ser levado em conta no planejamento, porque quando a OI comprou a BrT havia a promessa de ser uma gigante nacional no mercado, que isso seria estratégico para o Brasil e justamente essa empresa que conta inclusive com capital do BNDES é uma das que mais está “devendo socialmente” as contrapartidas aos seus dedicados empregados.

Agenda das Negociações

Veja abaixo o andamento dos processos de Negociação Coletiva com as principais Operadoras de Telecomunicações com data-base entre setembro, outubro e novembro deste ano;

VIVO - A negociação com a VIVO seguia até que na reunião de 08/10 a notícia do PDV nos levou a suspender a negociação. Mais informações no site do seu Sindicato

ALGAR - A última reunião com a empresa ocorreu em 08/10 e está sendo agendada nova rodada para os dias 22 a 24 de outubro afim de tentarmos fechar a PPR e poder dar início à negociação do ACT.

TIM- A negociação está paralisada desde 24 de setembro - uma vez que a Comissão Nacional de Negociação recusou o modo como a contraproposta da empresa estava sendo construída e sem Aumento Real não terá Acordo

OI - No final de Agosto ocorreu o fim das

tratativas sobre o Placar e a proposta está sendo aprovada em assembleias nos vários estados. Aguardamos o agendamento das reuniões para tratar do ACT e enquanto isso não ocorre, o presidente da FENATTEL demanda uma reunião com o presidente da OI para tratar da fusão com a Portugal Telecom.

CLARO - Agendadas as próximas reuniões para os dias 23 e 24 de outubro, com indicativo de novas datas para 5 e 6 de novembro. Aguardem boletim unificado e notícias nos sites dos sindicatos após cada reunião.

EMBRATEL - Agendada a primeira reunião de negociação para dia 29 de outubro. Aguarde informações em breve no site da FENATTEL.

A unidade dos trabalhadores com seus sindicatos é essencial para forçar as empresas de Telecom a ter uma conduta melhor nas mesas de negociação coletiva. O setor está atrás de outros com menor peso na economia nacional.

Uma nova grande **CAMPANHA** de **MOBILIZAÇÃO** vem aí... **AGUARDE**

CAMPANHA NACIONAL DE SINDICALIZAÇÃO

S E T O R D E T E L E C O M

100 MIL



CONQUISTAR + DIREITOS só é possível com **VOCÊ NO SINDICATO**

Procure o seu sindicato e faça a sua parte!

